Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina - "Santa Marcelina Cultura" - (Mantenedora)

CNPJ/MF: 10.462.524/0001-58

Demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 - Em reais

Balanço Patrimonial

Ativo	Notas Explicativas	2020	2019
Circulante		**260.187**	**217.327**
Caixa e equivalentes de caixa	**(04)**	260.187	217.327
Não Circulante		**2.343.604**	**2.671.863**
Permanente		**2.343.604**	**2.671.863**
Imobilizado	**(05)**	2.343.604	2.671.863
Total do Ativo		**2.603.791**	**2.889.190**

Passivo	Notas Explicativas	2020	2019
Circulante		**41.690**	**6.852**
Fornecedores		6.959	6.852
Outras Contas a Pagar		34.730	-
Patrimônio Líquido	**(07)**	**2.562.101**	**2.882.338**
Patrimônio Social		2.882.338	3.292.396
Déficit do Exercício		(320.237)	(410.058)
Total do Passivo		**2.603.791**	**2.889.190**

Demonstração do Valor Adicionado

	Notas Explicativas	2020 Total	2019 Total
Receitas Operacionais Brutas		**603.409**	**263.845**
Receitas próprias		103.803	203.350
Doações		499.606	60.496
Insumos Adquiridos de Terceiros		**566.170**	**307.618**
Serviços de terceiros		142.483	207.788
Despesas administrativas		423.687	99.830
Valor Adicionado Bruto		**37.238**	**(43.772)**
Retenções		**328.259**	**327.477**
Depreciação	**(05)**	328.259	327.477
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		**(291.021)**	**(371.249)**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		**1.378**	**8.480**
Receitas financeiras		1.378	8.480
Valor Adicionado Total a Distribuir		**(289.643)**	**(362.769)**
Distribuição do Valor Adicionado		**(289.643)**	**(362.769)**
Impostos, taxas e contribuições		170	3.280
Despesas financeiras, aluguéis		30.424	44.009
Déficit do exercício		(320.237)	(410.058)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Notas Explicativas	2020 Total	2019 Total
Receitas Operacionais		**616.803**	**283.826**
Receitas operacionais		**616.803**	**283.826**
Receitas próprias		103.803	203.350
Doações	**(08)**	499.606	60.496
Receitas financeiras		1.378	8.480
Receitas com trabalhos voluntários	**(10)**	12.016	11.500
Despesas Operacionais		**(937.040)**	**(693.884)**
Despesas operacionais		**(937.040)**	**(693.884)**
Despesas administrativas		(423.687)	(99.830)
Despesas de Depreciação		(328.259)	(327.477)
Serviços prestados por terceiros		(142.483)	(207.788)
Locação		(12.035)	(34.617)
Impostos e taxas		(170)	(3.280)
Despesas Financeiras		(18.389)	(9.392)
Despesas com trabalhos voluntários	**(10)**	(12.016)	(11.500)
Déficit do Exercício		**(320.237)**	**(410.058)**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Metodo Indireto

Atividades Operacionais	Notas Explicativas	2020	2019
Déficit do exercício		(320.237)	(410.058)
Depreciação e amortização	**(05)**	328.259	327.477
Resultado ajustado		**8.023**	**(82.581)**
Variações do Ativo e Passivo		**34.838**	**(89.440)**
Redução / (aumento) nos ativos em			
Adiantamentos diversos		-	10.440
Aumento / (redução) nos passivos em			
Projeto a executar		-	(99.981)
Fornecedores		107	101
Outras Contas a Pagar		34.730	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**42.861**	**(172.021)**
Atividades de Investimento			
Aquisições do ativo imobilizado	**(05)**	-	(14.022)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**-**	**(14.022)**
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**42.861**	**(186.043)**
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		217.327	403.370
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		260.187	217.327

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no Exercício

Patrimônio líquido	Notas Explicativas	2020	2019
No início do exercício		**2.882.338**	**3.292.396**
Déficit do exercício		(320.237)	(410.058)
No final do exercício	**(07)**	**2.562.101**	**2.882.338**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional: A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos. Que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e de proteção da infância, da adolescência, da juventude, adultos e idosos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto da Juventude e o Estatuto do Idoso, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável. Todas as ações administrativa da *Associação* na execução de seus ojetivos institucionais se caratteriza como promoção beneficente de assistência social e filantrópica ao atendimento de suas finalidades, inclusive seus investimentos patrimoniais, suas despesas, suas receitas, seus ingressos, seus desembolsos e suas gratuidades. No exercício de suas finalidades institucionais, a *Associação* não faz discriminação de etnia, raça, sexo, nacionalidade, idade, cor, credo religioso, político, condição social, nem por aspecto e condição, em qualquer circunstância. Dentro de suas possibilidade e especialidades, a *Associação*, pode firmar contratos, convênios e instrumentos de parceria, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, para o desenvolvimento de suas finalidades institucionais. A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina participou de convocações públicas através da Resolução SC nº 44/2017 e nº 45/2017 de 21 de outubro de 2017, e posteriormente celebrou os Contratos de Gestão Nº 04/2017 e 05/2017, com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo por meio dos Processos SC/1344496/2017 e do Processo SC/1380279/2017, tendo como objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução, das atividades na área cultural do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo e da Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP Tom Jobim, Theatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campo, ambos contratos para o período de 01/01/2018 a 31/12/2022. A Associação tem sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, no Largo General Osório, nº 147, no bairro Santa Efigênia (CEP 01213-010), podendo abrir e fechar Filias em todo o Território Nacional.

2 Base de preparação: ***a. Declaração de conformidade:*** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em especial pela Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 (R1) - relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e a Legislação Societária. A emissão das demonstrações financeiras da mantenedora foi autorizada pela diretoria da Associação em 20 de janeiro de 2021. ***b. Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. ***Moeda funcional e moeda de apresentação:*** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma. ***c. Uso de estimativas e julgamentos:*** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação. ***I. Instrumentos financeiros:*** *Ativos e passivos financeiros não derivativos:* A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. *Recebíveis:* Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos. *Passivos financeiros não derivativos:* Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. *Instrumentos financeiros derivativos:* Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2020 e 2019. ***ii. Imobilizado:*** *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário. *Depreciação:* A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. ***iii. Intangíveis:*** Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. ***iv. Redução ao valor recuperável:*** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável. ***v. Passivo circulante e não circulante:*** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4 Caixa e equivalentes de Caixa - Recursos sem restrição.

Descrição	2020	2019
Aplicações Financeiras	260.187	217.327
Total	**260.187**	**217.327**

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Imobilizado: Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

		2020			2019
			Depreciação		
Descrição	Taxas	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	4%	1.058.109	(85.104)	973.005	1.015.329
Equipamentos	10%	150.543	(81.277)	69.266	84.164
Móveis e utensílios	10%	38.214	(31.828)	6.386	10.208
Instrumentos musicais	10%	2.677.913	(1.382.966)	1.294.947	1.562.162
Total		**3.924.779**	**(1.581.175)**	**2.343.604**	**2.671.863**

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Saldos no início do exercício	**2.671.863**	**2.985.318**
Adições		
Instrumentos Musicais	-	14.022
Depreciações	(328.259)	(327.477)
Saldos no fim do exercício	**2.343.604**	**2.671.863**

6 Partes relacionadas: A Associação não possui partes relacionadas e a Diretoria da Associação não é remunerada. **7 Patrimônio líquido:** O patrimônio social da Associação poderá ser formado pelas doações recebidas, pelas dotações especiais e pelos superávits e/ou déficits acumulados, repassados a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. Em 2020, o Patrimônio Líquido é de R$ 2.562.101 (e de R$ 2.882.338 no final de 2019). De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma entidade beneficente congênere ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, se a lei exigir e de preferência constituída pelas "religiosas Professas, irmãs Marcelina", conforme for fixado pela Assembleia Geral.

8 Doações recebidas: As seguintes doações foram recebidas durante o exercício foram classificadas no resultado:

Descrição	2020	2019
Doação pessoas físicas e jurídicas	499.606	60.496
Total	**499.606**	**60.496**

9 Cobertura de seguros: A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e reponsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **10 Trabalho Voluntário:** Em observação resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 (R1), a entidade registrou o montante de R$ 12.016,00 com trabalhos voluntários no exercício de 2020. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidos no resultado do exercício como receita no grupo de receita operacionais em contrapartida nas despesas operacionais.

Rosane Ghedin - Diretora Presidente

Rodrigo Ronald Henrique da Silva - CRC nº 1SP-290165/O-2

Parecer do Conselho Econômico e Fiscal

À Diretoria, O Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais da **Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ,** em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os itens II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o art. 96 do Estatuto Social, examinou as Demonstrações encerradas em 31/12/2020, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas, bem como considerando o relatório emitido pela Cokinos & Associados Auditores Independentes. Com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da Organização e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva dos referidos documentos pela Assembléia Geral deste Conselho. São Paulo, 23 de fevereiro de 2021. Ir. Odiva Palla; Ir. Luceni das Mercês; Ir. Tereza Aparecida Benjamin.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da **Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Matriz)** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Matriz), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina (Matriz) em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado** -Adicionalmente, examinamos a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 20 de janeiro de 2021.

Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S - CRC-2SP 15.753/O-0

DEMÉTRIO COKINOS - Contador - CRC-1SP120.410/O-2 - CNAI nº 0385